

O diagnóstico da doença

Em nosso editorial de domingo último, saudamos, juntos com o ministro Delfim Netto, o índice inflacionário do mês de junho como um êxito do governo. Evidentemente, 4,5% de inflação em trinta dias não é motivo para comemoração em nenhum país do mundo. Considerando, porém, que nos últimos dezesseis meses não havíamos tido um índice tão baixo, não há dúvida de que estamos diante de um êxito da política governamental.

Em economia, como em toda atividade humana, tudo é relativo. E é essa relatividade de que o ministro do Planejamento faz questão de esquecer sempre que analisa a atual conjuntura econômica. Menos exagerado do que seu colega de ministério, Ernane Galvães, para quem o desempenho da economia brasileira no primeiro semestre deste ano foi excelente, o sr. Delfim Netto não abandona, no entanto, o terreno do exagero quando o considera apenas razoável. Na realidade, esse desempenho não foi nem mesmo razoável, até porque, se tivesse merecido essa classificação, a política do governo, centrada essencialmente na redução dos níveis de inflação e no equilíbrio da balança comercial, é que não teria tido um "desempenho" nem excelente nem razoável. Vamos, pois, esclarecer bem as coisas: de acordo com a orientação econômica do governo atual, para que sua política econômico-financeira tenha bons resultados, é absolutamente necessário que a economia nacional tenha resultados pífios.

E pífios são os resultados saudados com tanta alegria como excelentes por Ernane Galvães e como razoáveis pelo ministro Delfim Netto, tais como as "taxas de emprego positivas" de 1%, embora as de desemprego tenham sido avaliadas em 2,8%; a redução drástica das importações, remédio amargo demais para um país em pleno desenvolvimento; ou o índice de 4,5% de inflação num mês.

Isso para não falar nas previsões sobre crescimento do PNB avançadas pelo ministro do Planejamento, porque já aí entrariamos no terreno da pura fantasia.

Não criticamos, note bem o leitor, a terapia aplicada pelo governo para tentar curar as enfermidades que atingem o nosso organismo econômico-financeiro. Deixamos aos economistas profissionais a tarefa de discuti-la, de verificar se é a única, se é a melhor ou se existem outras que devem ser experimentadas de acordo com as reações do paciente.

O que criticamos, porque estamos convencidos de que constitui um erro grave, é a tentativa dos terapeutas de anestesiar o paciente. Porque os resultados do tratamento dependem essencialmente da análise constante e cuidadosa das suas reações ao tratamento. Todo remédio forte tem efeitos colaterais, descritos em qualquer bula. Em economia também. Se a pressão sobe ou baixa excessivamente, se as pulsações se aceleram ou se arrefecem rapidamente, se órgãos vitais do organismo são afetados gravemente, então é o caso de o médico ou reduzir as doses dos remédios ou mesmo trocá-los por outros. Para evitar que o paciente morra.

E o que os principais terapeutas de nossa economia fazem quando falam em resultados ótimos ou mesmo razoáveis do nosso desempenho econômico é simplesmente negar a evidência de sérios efeitos colaterais do tratamento que aplicam, procurando anestesiar o paciente através de um exercício de hipnose. E, como não existe a possibilidade de essa anestesia pegar, o efeito dessa tática é altamente negativo para o governo e, principalmente, para a própria política econômico-financeira que está aplicando.

O resultado, como não podia deixar de acontecer, é a irritação e a revolta de quem está sofrendo angustiadamente, todos os dias, as consequências inevitáveis do tratamento, e ouve, também diariamente, os responsáveis por tudo isso — porque provocaram ao longo do tempo a doença que agora tentam curar — afirmar que essas consequências são fruto da imaginação. Os terapeutas da nossa economia agem como o médico que não acredita no cliente que se

queixa de fortes dores. As dores estão aí e não são delírio de hipocondríaco.

Está aí a dívida de 60 bilhões de dólares; está aí a inflação de mais de 100%; está aí a série redução das atividades econômicas — não vindo ao caso saber se se chama recessão ou não; está aí o desemprego crescente; está aí a drástica redução do consumo, que não é consequência dos apelos intermitentes do ministro Camilo Penna, mas apenas da necessidade orçamentária de consumir menos; está aí a desvalorização quase semanal do cruzeiro, o aumento trimestral dos preços, já astronômicos, dos combustíveis líquidos; está aí, enfim, a evidente queda dos padrões de vida da classe média, espinha dorsal de qualquer sociedade que aspire a organizar-se democraticamente.

É um quadro sombrio, mas que nada tem de desencorajador, dada a pujança inata do organismo econômico momentaneamente adoentado. Não se trata de um problema orgânico. Trata-se de uma doença a vírus, e o vírus se chama arbitrio.

Do ponto de vista da administração da coisa pública e, principalmente, da administração econômica, não houve, até agora, a menor abertura neste país.

Dizia o senador Paulo Brossard, em entrevista que publicamos no último domingo, que "o Conselho Monetário Nacional toma, numa tarde, decisões de importância mil vezes maior do que todas as leis votadas pelo Congresso Nacional em um ano". E Conselho Monetário é eufemismo para não dizer o ministro.

Esse o resumo do drama e o diagnóstico da doença. É por isso que a responsabilidade total e exclusiva pela situação sombria que acabamos de analisar é de quem está no poder.

E é do seu próprio interesse, no momento em que fazem o seu *mea culpa* e tentam curar o corpo em que inocularam o vírus, diluir essa responsabilidade. A Nação está madura para discutir com eles a sua realidade e partilhar a responsabilidade.